

# FUNDAMENTOS PARA A PROBLEMATIZAÇÃO DA PERCEPÇÃO E DA ATENÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

*FUNDAMENTOS PARA LA PROBLEMATIZACIÓN DE LA PERCEPCIÓN Y DE LA ATENCIÓN EN LA CONTEMPORANEIDAD*

*FUNDAMENTALS FOR THE PROBLEMATIZATION OF PERCEPTION AND ATTENTION IN THE CONTEMPORARY CONTEXT*

Danilo Saretta Verissimo <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual Paulista, Assis/SP, Brasil

**RESUMO:** Buscamos fundamentar a compreensão das condições sociais de subjetivação no mundo contemporâneo à luz de questões referentes à percepção e à atenção. Partimos da hipótese de uma crise das nossas capacidades perceptivas para, em seguida, apresentar bases teóricas do estudo de natureza histórico-social da percepção e da atenção, e discutir, com base em elementos da fenomenologia, relações teóricas entre as dimensões individual, conjunta e coletiva da percepção e da atenção. Destacamos, por fim, o impulso ético que perpassa a abordagem psicossocial do problema da percepção e da atenção no mundo contemporâneo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Percepção; Atenção; Sociedade.

**RESUMEN:** Buscamos fundamentar la comprensión de las condiciones sociales de subjetividad en el mundo contemporáneo frente a cuestiones referentes a la percepción de la atención. Partimos de la hipótesis de una crisis de nuestras capacidades perceptivas para, a continuación, presentar bases teóricas del estudio de naturaleza histórica y social de la percepción y de la atención, y discutir, con base en elementos de la fenomenología, relaciones teóricas entre las dimensiones individual, conjunta y colectiva de la percepción y de la atención. Finalmente, destacamos el impulso ético que compenetra el abordaje psicossocial del problema de la percepción y de la atención en el mundo contemporáneo.

**PALABRAS-CLAVE:** Percepción; Atención; Sociedad.

**ABSTRACT:** We sought to ground understanding concerning the social conditions of subjectivation in the contemporary world in light of issues concerning perception and attention. We consider the hypothesis that there is a crisis in our perceptive abilities to then present the theoretical basis for a study of a historical-social nature of perception and attention, and discuss, based on phenomenology, the theoretical relationships among the individual, joint and collective dimensions of perception and attention. Finally, we highlight the ethical impulse that permeates the psychosocial approach of the problem of perception and attention in the contemporary world.

**KEYWORDS:** Perception; Attention; Society.

## Introdução

Podemos conferir à percepção e, mais especificamente, à atenção perceptiva uma importância central para a compreensão das condições sociais de subjetivação no mundo contemporâneo. Realizamos, no presente trabalho, uma análise crítica e panorâmica do tema, e cujo propósito, em termos metodológicos, é o reconhecimento do problema e a identificação de rumos para análises vindouras. Começamos pela caracterização da relevância das reflexões sobre a percepção e a atenção perceptiva em face de algumas vivências sociais partilhadas por nós na atualidade. Trata-se, nesse primeiro momento, de nos aproximarmos da hipótese de uma crise das nossas capacidades perceptivas. Apresentamos, em seguida, fundamentos teóricos do questionamento de natureza histórica e social acerca da percepção e da subjetividade no mundo contemporâneo. É preciso compreender que nossas vivências atuais têm suas raízes na modernidade e na história da organização social capitalista. Com base nessa discussão de natureza sócio-histórica, a ideia de uma crise da percepção poderá adquirir contornos mais definidos. Caracteriza-se, ademais, uma via de estudo sociológica e culturalista da experiência sensorial. Estabelecemos, no prosseguimento do texto, determinados eixos conceituais de uma teoria da percepção e da atenção. Baseamo-nos, principalmente, em elementos da fenomenologia, que nos proporciona condições para fixar relações teóricas entre as dimensões individual, conjunta e coletiva da percepção e da atenção. O estudo abrangente da vivência perceptiva não pode se constituir senão no entroncamento desses domínios abstratos de pesquisa. Esperamos, ademais, que a apresentação de tais fundamentos teóricos após as considerações sócio-históricas possibilite um enquadramento psicossocial da atenção perceptiva. Encaminhamo-nos, ao final da argumentação, a uma conclusão referente ao impulso ético que perpassa a abordagem psicossocial do problema da percepção e da atenção no mundo contemporâneo, e que configura, no nosso entendimento, a mais importante justificativa desse campo de pesquisa.

## A subversão contemporânea da percepção e da atenção

Já se mostra um hábito intelectual a afirmação de que vivemos no ápice de um sistema histórico capaz de gerar mutações vertiginosas em nossas técnicas de comunicação, um sistema de “intensificação da mensagem” (Virilio, 2002, p. 31), com implicações em nossa experiência do espaço e do tempo. Distração e velocidade são ideias frequentemente utilizadas para qualificar essa nova experiência espacial e temporal. O que tem sido evidenciado é que, de meados do século XIX até os dias atuais, especialmente no período que remonta às três últimas décadas da história humana, e no contexto da modernidade capitalista, nossas condições de experiência sensorial vêm sendo amplamente modificadas. As constantes transformações dos meios de percepção podem configurar um estado de crise, na medida em que exigem um alto nível de adaptabilidade a novas relações tecnológicas e configurações sociais, bem como aos imperativos econômicos recentes (Crary, 2013). As técnicas emergentes de produção de imagem associam-se a processos sociais e institucionais, como a indústria de informação global e novos padrões médicos, militares e policiais. *Design* por computador, simulação computacional de jogos esportivos, de voo e de combate, animação computadorizada, capacetes de realidade virtual, imagens de ressonância magnética e diversas outras técnicas formalizam e difundem, em larga escala, novos

espaços visuais fabricados, distintos daqueles oferecidos pelo cinema, pela fotografia e pela televisão. Crary (2012) sustenta, nesse contexto, a ocorrência de “uma drástica reconfiguração das relações entre o sujeito que observa e os modos de representação” (p. 11). Com base em práticas nas quais as imagens figurativas deixam de se referir, predominantemente, à posição de um observador no mundo, pode-se constatar, segundo ele, o deslocamento da visão para “um plano dissociado do observador humano” (p. 11). É oportuno destacar duas questões, direcionadas ao corpo e à subjetividade, que o autor coloca no centro das suas motivações para pesquisar o assunto:

Como o corpo, incluída a visão, está se tornando um componente de novas máquinas, economias e aparatos, sejam eles sociais, libidinais ou tecnológicos? De que maneiras a subjetividade está se convertendo em uma precária interface entre sistemas racionalizados de troca e redes de informação? (Crary, 2012, p. 12)

Alguns recursos da tecnologia de comunicação com a qual convivemos cotidianamente podem ser facilmente identificados a esses processos. Nosso dia a dia é marcado pela utilização de suportes de informática atrelados ao desenvolvimento da internet. Temos acesso direto a noticiários, programas, filmes e conversas, no *Facebook*, no *Twitter*, no *Skype*, ou por *e-mail*, não apenas via computador portátil, mas por meio de telefones celulares e até de relógios. Essas são tecnologias multidirecionais e rápidas (Depraz, 2014). Conteúdos culturais e relacionais podem ser acessados a qualquer momento, e espera-se agilidade e celeridade na veiculação das respostas às demandas por esses dados.

Essa esfera midiática configura um ecossistema em que, a despeito dos conteúdos individuais veiculados, se dá uma atividade produtiva desterritorializada. Um conjunto de fatores libidinais, políticos e temporais são difundidos mediante nossa participação no sistema de ressonância. Coisas idênticas, ou bem parecidas, são valorizadas conjuntamente num processo de canalização massiva da atenção. Do jornal televisivo às conversas informatizadas, é a formação de um pensamento comum que estaria em causa (Citton, 2014).

Um fator ligado ao deslumbramento midiático, e que se sobressai à nossa volta, é a publicidade, ou propaganda, que satura nosso campo de percepção com estímulos rápidos e intensos. Seu propósito é, justamente, impressionar a coletividade, as massas, captar a sua atenção. Tanto o espaço público quanto o âmbito de nossas vidas privadas encontram-se repletos de instalações publicitárias que visam captar o olhar. Franck (2003) entende a onipresença da publicidade como sintoma de uma dinâmica de mudança social associada ao que ele denomina de “capitalismo mental” (p. 2). Este configura um novo mercado. No capitalismo mental, como em todo conjunto de atividades comerciais, observa-se a organização da oferta e do consentimento pelo pagamento, mas o que se oferece é, no caso, informação, e o pagamento não se efetua com dinheiro, mas, justamente, com atenção. Esta última se configuraria, portanto, como uma nova moeda na conjuntura de excesso de informação e de raridade da capacidade atencional. Um mercado mental exige que a atenção, para se tornar moeda, seja homogeneizada mediante estratégias de mensuração, como os índices de audiência, as enquetes de opinião, ou a contagem do número de visitantes de uma página de internet, operação fácil de realizar na ambiência cibernética. A compreensão do surgimento de uma economia da atenção, que caracteriza o capitalismo mental, passa, necessariamente, pela discussão da industrialização da cultura e da transformação da vida cultural em mercado de massa, em que se troca informação por consideração, ou atenção. A venda de produtos, no interior do sistema econômico contemporâneo, é atrelada

a estratégias profissionais e tecnológicas voltadas à “consciência pública”, à “consciência do outro” (Franck, 2003, p. 5). A tecnologia a que nos referimos aqui não é simplesmente a tecnologia em termos de material tecnológico, como a constituição de terminais de computação cada vez mais rápidos, com grande capacidade de armazenagem de informações, etc. Trata-se de métodos de atração em massa, que nem sempre foram reconhecidos como uma forma de tecnologia, e que surgiram em agências de publicidade e nos estúdios de cinema.

A conjuntura que vivemos envolve, em suma, diversos elementos capazes de modificar nossa experiência perceptiva. Um dos principais aspectos dessa mudança refere-se ao possível enfraquecimento da posição do sujeito perceptivo mediante à reconfiguração da relação entre o observador e o espaço. Não se trata de debilitar o corpo como centro da experiência do mundo, mas de estabelecer novas estruturas de normatização do corpo, em especial, das suas capacidades perceptivas. O corpo, com efeito, é o “elemento irreduzível do nosso esquema de coisas social”, lembra Harvey (2008, p. 196) ao se referir à abordagem do espaço e do tempo em Foucault. É sobre o espaço do corpo que as forças da socialização, da disciplina e da punição são exercidas, é nele que se dão as articulações do espaço vivido em submissão ao poder, bem como a constituição dos espaços vividos de resistência. Outro ponto diz respeito à superabundância na circulação de bens culturais e de informação de todo tipo, das mais qualificadas às mais banais, das mais íntimas e corriqueiras às mais programadas para nos atingir. Nossa condição é, em resumo, de uma oferta pletórica de bens culturais e informativos (Citton, 2014). Nesse âmbito, a “recomposição da subjetividade humana no Ocidente” (Crary, 2013, p. 25) passa pelo problema da adaptação da nossa competência e da nossa disposição para perceber e para “prestar atenção”. Qual é, afinal, o impacto disso tudo sobre o nosso regime de percepção e de atenção? Não se pode deixar de lembrar das patologias que vêm sendo descritas como déficits de atenção. De que modo compreendê-las? À luz de quais parâmetros? O aumento de crianças medicadas em função do diagnóstico de “transtorno de déficit de atenção e hiperatividade” (TDAH) em diversos países, inclusive no Brasil, é alarmante, e vem recebendo destaque no campo da psicologia social (Eidt & Tuleski, 2010). Quais os modelos teóricos disponíveis para a abordagem do problema da atenção perceptiva nas sociedades capitalistas contemporâneas? São eles adequados para o tratamento da questão? De que modo as teorias da percepção podem ser úteis? Essas são questões que, embora extrapolem os limites do presente texto, compõem o quadro social e epistemológico em que nos instalamos.

## Genealogia do percipiente

Autores como Giddens (1991), Harvey (2008) e, mais recentemente, Crary (2012, 2013) revelam a importância da análise dos antecedentes históricos da reorganização contemporânea da percepção e do percipiente. Este deslocamento temporal é indispensável para que se possa compreender a relação entre mudanças sociais e econômicas, de um lado, e a constituição do sujeito humano e suas práticas culturais, de outro, especialmente aquelas mais diretamente relacionadas à percepção. Esse gênero de análise permite, outrossim, a construção de um enquadre histórico e social dos problemas filosóficos e científicos relacionados à percepção e à atenção. A relevância dessa movimentação teórica consiste no reposicionamento do privilégio que o individualismo metodológico da filosofia clássica e da psicologia experimental sempre gozou na tematização da percepção, e que conduz à problematização da experiência perceptiva a partir de pressupostos antes epistemológicos e estéticos do que políticos e éticos.

Giddens (1991) realiza uma análise institucional da modernidade, com ênfase em seus aspectos culturais, mais do que em sua dimensão epistemológica. O autor define assim a modernidade: [...] “modernidade’ refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (Giddens, 1991, p. 11). Sua pesquisa é motivada pela necessidade de pensar a possibilidade de estarmos vivendo o limiar de uma nova era, a emergência de um novo tipo de sistema social. A posição que sustenta é a de que, ao invés de “estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes” (Giddens, 1991, p. 13).

Os estudos de Giddens (1991) são perpassados pelo problema fundamental da percepção. Nos termos da filosofia fenomenológica da percepção, que será abordada com mais detalhes logo adiante, esse problema pode ser colocado com base na articulação inextricável entre situacionalidade e horizonte. Imersos em nossa condição perspectiva, em que assumimos um ponto de vista sobre as coisas, fazemos a experiência de integralidades, o que vale para a experiência do espaço, de outrem ou da vida social em geral. Contamos, desde aqui e agora, com o perfil não exposto das coisas, com o olhar e o pensamento do outro sobre elas, com a existência de lugares longínquos, com a realização de atividades que não estamos presenciando diretamente, e assim por diante. O caráter “amodal” do horizonte perceptivo, quer dizer, a ausência de exposição direta e sensível por parte dos seus elementos constituintes é, em certo sentido, fantasmagórico, implicando uma disjunção entre o que se vê aqui e agora e o que pode ser visto. De qualquer forma, na vivência espontânea, a presença perceptiva dá-se como totalidade, de modo que os horizontes participam diretamente da coisa percebida. O que Giddens faz notar é a instituição de práticas sociais, assentadas nas condições capitalistas de produção e, frequentemente, associadas a novas tecnologias, que potencializam o atravessamento da realidade natural e social por influências distanciadas. A cena vivida passa a ser determinada por fatores cada vez mais distantes e invisíveis. Os “contextos de presença” (Giddens, 1991, p. 30) sofrem alterações no sentido de serem progressivamente liberados das restrições envolvidas nos espaços, nos hábitos e nas práticas locais. Se, em culturas pré-modernas, constata-se a vinculação entre tempo e lugar, de modo que o “quando” fenomênico encontra-se conectado a ocorrências naturais regulares e visíveis, na modernidade tem-se o desenvolvimento do distanciamento tempo-espaço. Conforme o autor, na modernidade, tempo e espaço são organizados de modo a vincular “presença” e “ausência”. Numa passagem que ilustra o conjunto de seus argumentos, Giddens (1991) exprime-se da seguinte forma:

Nas sociedades pré-modernas, espaço e tempo coincidem amplamente, na medida em que as dimensões espaciais da vida social são, para a maioria da população, e para quase todos os efeitos, dominadas pela “presença” – por atividades localizadas. O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros “ausentes”, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais “fantasmagórico”: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a ‘forma visível’ do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza. (p. 29, grifos do autor)

Harvey (2008) também adota a questão espaço-tempo como eixo da problematização da modernidade. Para ele, contudo, face às mudanças em nossas práticas culturais, ligadas à experiência do espaço e do tempo, e que se intensificaram a partir dos anos 1970, já se pode falar em uma espécie de ponto de virada social, que vem sendo referido nos termos de uma “condição pós-moderna” de experiência, com profundas influências em nosso modo “de pensar, de sentir e de agir” (Harvey, 2008, p. 258). O foco das análises de Harvey recai, em grande medida, sobre a história do capitalismo. O espaço e o tempo admitem, tradicionalmente, leituras centradas em concepções polarizadas em torno de vetores subjetivos e objetivos. Para o autor, não se trata de dissolver essa polarização, mas de reconhecer “a multiplicidade das qualidades objetivas que o espaço e o tempo podem exprimir, e o papel das práticas humanas em sua construção” (Harvey, 2008, p. 189). Isso quer dizer que os significados objetivos atribuídos ao tempo e ao espaço devem ser investigados com base nos processos materiais subjacentes a eles. Concepções acerca do tempo e do espaço, afirma Harvey (2008), “são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social” (p. 189). Tendo em vista que nossas práticas de reprodução social, no contexto do capitalismo, mudam constantemente, é de se esperar que ocorram mudanças incessantes no sentido do tempo e do espaço.

Um dos aspectos centrais do trabalho histórico realizado por Harvey (2008) é a evidência do nexo de poder social, presente na sociedade capitalista, em torno do domínio do dinheiro, do tempo e do espaço, e o seu efeito de aceleração da experiência vivida. O valor do dinheiro possui relação com a alocação do tempo do trabalho social. No avanço histórico dos regimes de produção capitalista, observa-se o afastamento do sujeito em relação aos “ritmos ‘naturais’ da vida agrária” (Harvey, 2008, p. 208) e o surgimento de uma rede cronológica que associa a vida cotidiana à disciplina temporal do trabalho industrial. O conceito de “tempo de giro do capital” tem grande importância aqui. Ele deve ser considerado no âmbito da associação entre o tempo de produção e o tempo de circulação da troca, levando-se em conta que o lucro será maior na medida da rapidez em que se dê a recuperação do capital colocado em circulação. Daí a seguinte afirmação de Harvey (2008):

Há um incentivo onipresente para a aceleração, por parte de capitalistas individuais, do seu tempo de giro com relação à média social, e para fazê-lo de modo a promover uma tendência social na direção de tempos médios de giro mais rápidos. (p. 209)

A aceleração do ritmo dos processos econômicos possui consequências diretas no ritmo da vida social.

Algo parecido é observado no que diz respeito à relação entre dinheiro e experiência do espaço. O espaço é racionalizado desde os sistemas fabris e a linha de montagem até as redes de circulação da produção e de consumo. Em grande medida, a lógica associada ao domínio racional do espaço passa pela redução de barreiras espaciais e pela “aniquilação do espaço através do tempo” (p. 212), ou seja, pela instauração de processos acelerados de produção e de distribuição de mercadorias.

Tais práticas temporais e espaciais são motivos de intensas lutas sociais, tanto no interior da dinâmica do conflito de classes quanto no quadro do antagonismo aos efeitos da racionalização na vida cotidiana. A própria dinâmica de acumulação do capital é, ademais, foco de relações bastante instáveis entre nações e grupos com elevado poder econômico.

No contexto da aceleração do ritmo de vida e da diminuição das barreiras espaciais, Harvey trabalha com o conceito de compressão de tempo-espço. O autor afirma:

Pretendo indicar com essa expressão processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos. Uso a palavra “compressão” por haver fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo de vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo parece encolher sobre nós (p. 219).

No contexto da aceleração capitalista e de seus reflexos sociais e culturais, Harvey (2008), baseando-se em autores como Simmel e Toffler, não deixa de apontar os elementos de uma conjuntura traumática em termos de sobrecarga sensorial. Da aceleração do tempo de giro de capital à intensificação dos processos de trabalho, do cenário da volatilidade consumista à produção excessiva de imagens, nossa experiência vivida parece convergir para uma disrupção da percepção.

Os estudos empreendidos por Crary (2012, 2013) acerca das condições da percepção no século XIX fornecem, igualmente, um amplo e profundo panorama histórico da crise contemporânea. Seus trabalhos, que nos deslocam da sociologia para o campo interdisciplinar dos estudos culturais, visam uma genealogia epistemológica da percepção e, mais especificamente, da atenção, com o intuito de “detalhar seu papel na modernização da subjetividade” (Crary, 2013, p. 26). De acordo com o autor, é possível identificar, nas culturas ocidentais do início do século XIX, sinais de uma ruptura em relação a modelos clássicos de visão. Não se trata, segundo ele, tão somente de transformações na aparência das imagens e nas convenções de representação da época. “Ao contrário”, diz Crary (2012), a ruptura “foi inseparável de uma vasta reorganização do conhecimento e das práticas sociais que, de inúmeras maneiras, modificaram as capacidades produtivas, cognitivas e desejanças do sujeito humano” (Crary, 2012, p. 13).

Ao realizar um estudo sobre “a importância histórica da atenção” (Crary, 2013, p. 28), Crary evidencia, com efeito, a sobreposição entre, de um lado, o conhecimento filosófico-científico acerca da percepção, da atenção e da constituição de um sujeito humano, e, de outro, mudanças sociais econômicas e estéticas, principalmente no que diz respeito à cultura visual e auditiva. Sua preocupação volta-se, principalmente, para produções filosóficas, científicas e estéticas das décadas de 1880 e 1890, momento em que a ruptura supracitada já se encontrava consolidada.

Constata-se, de acordo com Crary (2013), uma descontinuidade histórica referente ao lugar ocupado pelo problema da atenção no pensamento europeu antes e depois da metade do século XIX. Na segunda metade deste referido século, a atenção adquire um papel central tanto como tema científico quanto como problema social, configurando-se como “um objeto fundamentalmente novo” (Crary, 2013, p. 40) no contexto da modernização da subjetividade. Antes disso, a atenção cabia apenas uma importância local, seja na educação, no cultivo pessoal, em práticas pedagógicas e mnemônicas. No caso das teorias devotadas à subjetividade, é preciso levar em conta que, desde Kant, as teorias epistemológicas preocupavam-se em “definir a capacidade humana de síntese em meio à fragmentação e à atomização de um campo cognitivo” (Crary, 2013, p. 36). A apercepção transcendental kantiana

cedeu lugar, progressivamente, às teorias psicológicas das sínteses perceptivas. Nesse contexto, embora os trabalhos de associacionistas, como J. S. Mill, Herbert Spencer, Hermann Lotze e Alexander Bain, denotassem a preocupação com o estabelecimento de princípios capazes de sustentar uma noção sintética do pensamento, a atenção era considerada apenas um entre outros elementos que contribuíam à operação unificada da vida mental. A partir de 1870, as pesquisas e debates sobre a atenção multiplicam-se. A atenção passa, então, a ser descrita como estado ou atividade indispensável nos processos cognitivos, volitivos e comportamentais. Observa-se, em autores como Fechner, Wundt, William James, Bergson e Husserl, a discussão do *status* empírico e epistemológico da atenção. Essa convergência temática não implica, evidentemente, congruência na forma das tentativas de explicação e de análise da atenção. Crary identifica três categorias gerais produzidas em meio às novas conceitualizações da atenção: a atenção como expressão da vontade consciente do sujeito; a atenção como função de princípios inconscientes ou instintivos; e a atenção como produto de procedimentos externos de estimulação. Observa-se, portanto, não apenas um aumento, mas, igualmente, uma mudança discursiva e prática no campo das ciências humanas, sem contar a esfera das artes, em torno da existência e da importância da atenção. Para Crary (2013), essa “rede de textos e técnicas” (p. 46) integra “reconfigurações mais amplas da subjetividade no século XIX” (p. 47).

Estaria em debate, no fundo, o modo de interpretação, de percepção e de aproveitamento das sensações e dos estímulos no contexto de uma reorganização histórica da experiência perceptiva. No sistema econômico então em consolidação, um capitalismo industrial, a atenção era constantemente requerida em diversas tarefas “produtivas e espetaculares” (Crary, 2013, p. 53). Constituíam-se o processo paradoxal de demanda de uma atenção concentrada, disciplinada, ao mesmo tempo em que a lógica cultural do capitalismo naturalizava a hiperatenção, quer dizer, o ato de mudar rapidamente a atenção de uma coisa a outra. Crary (2013) comenta: “O capital, como processo de troca e circulação aceleradas, produziu no homem essa capacidade de adaptação da percepção, e tornou-se um regime de atenção e distração recíprocas” (p. 53). Atentar-se a múltiplas fontes de informação pode, de fato, ser interpretado pelo viés da distração. Em meio a uma cultura fundada na “errância da percepção” (Crary, 2013, p. 60) e na necessidade de se captar a atenção alheia, surge a questão das possibilidades de adaptação “a novas velocidades perceptivas e sobrecargas sensoriais” (Crary, 2013, p. 53).

## Esboços teóricos acerca da percepção e da atenção

Crary (2013) salienta a relação entre, de um lado, as práticas sociais e, de outro, os discursos e conhecimentos acerca da percepção e da atenção. Fica claro que a busca por fundamentos para uma teoria da percepção e da atenção é uma tarefa que se exerce no interior da conjuntura moderna. Quaisquer bases conceituais que possamos vislumbrar participam, de algum modo, do próprio processo de modernização da subjetividade. Não recaímos, portanto, numa espécie de historicismo? Esse é o risco, ao menos que possamos nos esforçar para transformar os condicionamentos aos quais somos expostos enquanto seres de situação em condicionamentos conscientes. A tradição fenomenológica fala em suspensão da tese do mundo, quer dizer, do conjunto de afirmações que nos ligam ao mundo físico, social e cultural, não para negá-las, mas para vê-las, para tomar consciência delas



(Merleau-Ponty, 2000). E o que a fenomenologia diz sobre a percepção e a atenção? Como os princípios da fenomenologia da percepção e da atenção, que são, em sua base, elaborados no nível de uma análise individual (Citton, 2014), alcançam as dimensões de atenção conjunta e coletiva?

O ponto de partida da fenomenologia da percepção é indagar uma evidência dada em nossa experiência: coisas aparecem para nós. Que coisas? Objetos tridimensionais, como árvores, casas e instrumentos dos quais nos servimos para os mais diversos fins, imagens, sons, melodias, cores, gostos, pessoas, gestos, falas etc. Importa para a fenomenologia examinar a vivência perceptiva, quer dizer, a dimensão da experiência em que não há separação entre o eu e o objeto. Convém assinalar que um dos principais elementos do que os fenomenólogos chamam de tese do mundo, e que é colocado em suspensão nas análises fenomenológicas, é o representacionalismo. As teses representacionistas, *grasso modo*, fundamentam-se no estudo de processos biológicos e, noutros casos, lógicos e intelectuais, que resultariam em nossas representações conscientes do mundo. Isso quer dizer que os estudos neurocientíficos e cognitivistas da percepção situam-se no âmbito representacionista. Investigam-se, neste gênero de pesquisa, os processos envolvidos na captação, pelo corpo humano, das manifestações dos objetos, tais como ondas luminosas, frequências de ondas sonoras, moléculas odoríferas e forças exercidas sobre a pele. Em contato com os receptores corpóreos, tais manifestações sofrem a chamada transdução, ou seja, a transformação em impulsos nervosos que, por sua vez, geram sensações. Tanto na abordagem neurocientífica quanto na cognitivista, concebe-se a percepção como processo de interpretação, neuronal ou lógica, das sensações com o fim de extrair informações sobre o ambiente (Collins & Wyart, 2018; Hatfield, 2012). Estabelece-se, de um modo ou do outro, uma distância entre a consciência e aquilo do que ela é consciente. A fenomenologia da percepção envolve, destarte, a dispensa desta posição objetiva. Interessa, para a fenomenologia, indagar a percepção na perspectiva em que cada fase da duração de um objeto tenha correspondência imediata a uma fase de percepção (Husserl, 1928/2002)<sup>1</sup>. Na descrição fenomenológica da vivência perceptiva logo se sobressaem três pontos básicos: os objetos aparecem como presentes em “carne e osso”, idênticos, malgrado sua exposição necessariamente parcial, e no interior de um campo externo.

Não daremos relevo à presença carnal das coisas na percepção. Diremos apenas que este é um aspecto essencial na distinção, por exemplo, entre percepção e imaginação.

Quanto ao segundo ponto, cumpre considerar que as propriedades fundamentais das coisas mantêm-se estáveis em nossa experiência, malgrado as alterações constantes dos caracteres sensíveis que correspondem a elas. A claridade perceptiva muda o tempo todo, bem como a nossa distância e orientação no espaço em relação às coisas, influenciando nos fatores sensíveis referentes à cor, à grandeza e à forma dos objetos (Michotte, 1950). Portanto, os objetos percebidos mudam incessantemente, apresentando séries diversas de aparências, e, contudo, eles permanecem os mesmos. Outra maneira de nos referirmos a esta estabilidade é afirmar que jamais vemos as coisas numa condição de exposição integral. Vemos os objetos mediante a exposição de tais e tais faces, tais e tais aspectos. Na exposição necessariamente parcial é, contudo, a própria coisa que se mostra, e não seus aspectos, ou detalhes perceptivos.

Isso significa atestar que a conservação da identidade objetal exige o sacrifício de diversas determinações das coisas. A presentificação das coisas reclama a desconsideração de inúmeros conteúdos vivenciais, uma espécie de repressão, poder-se-ia dizer, em refe-

rência ao vocabulário psicanalítico. Weizsäcker (1939/1962) chama isso de “rendimento negativo”. Não levamos a sério mudanças de perspectiva e outras várias expressões da nossa relação movente com as coisas. Na maior parte do tempo, “negamos atenção” a essas formas de vivência, que permanecem na periferia da experiência perceptiva, sem deixar, no entanto, de possuir um valor constitutivo na percepção. Pode-se dizer, nesse sentido, que o estudo fenomenológico da percepção é fundado em um exercício da atenção, numa modificação do estado atencional.

Algo parecido é válido na relação entre o objeto e o campo do qual ele faz parte. Todo objeto de percepção destaca-se no interior de um campo perceptivo. Na fenomenologia, esta relação entre o objeto e o campo que ele integra é referida como estrutura objeto-horizonte, enquanto na Psicologia da *Gestalt*, que mantém laços históricos com a fenomenologia, fala-se em estrutura de figura e fundo. Tudo aquilo que pode tornar-se figura, ou seja, que pode ser objetivado como tema perceptivo, apresenta-se no interior de um quadro mais amplo, repleto de coisas com os quais mantém relações de sentido mais ou menos estreitas. Merleau-Ponty (1945, 2011) dedica-se a pensar a produtividade da estrutura, bem como o seu sentido organizador e expressivo. O filósofo constata que, de modo geral, o percebido se deixa modelar pelo contexto. A “sintaxe perceptiva” (Merleau-Ponty, 1945, p. 45) do objeto, ou da figura, não obedece a regras de relações objetivas. Assuntos referentes à percepção espacial proporcionam ao filósofo boas condições para o exame dessa questão. Tomemos, a título de exemplo, uma situação relativa à constância da cor percebida. Um papel branco na sombra não pode ser considerado branco com base em sua qualidade objetiva. Se nos atentarmos a ele, de modo isolado, devemos tomá-lo com base em impressões de cinza. O papel, no entanto, em seu contexto concreto, “vale como branco”, atesta Merleau-Ponty (1945, p. 279). Daí a afirmação de que o campo perceptivo é “uma configuração total que distribui os valores funcionais segundo a exigência do conjunto” (Merleau-Ponty, 1945, p. 279). No jargão do gestaltista Wolfgang Metzger, o fundo atua como um “sistema de referência”, definido por ele da seguinte forma: “o sistema de referência, concernido a cada vez, é em geral tão pouco perceptível quanto sua significação para os objetos que nele se encontram é importante e manifesta” (Metzger, 2001 citado por Colonna, 2014, p. 206). Na qualidade de sistema de referência para as cores das coisas, a iluminação é antes sentida do que percebida. A atuação discreta, mas fundamental, da iluminação é o que Merleau-Ponty (2011) chama de impercebido.

Essas aquisições no campo da percepção do espaço podem ser transpostas para o domínio da cultura. Koffka (1922) lembra como os sistemas de referência, que ele chama de níveis, operam, igualmente, na moda e no estilo, por exemplo. Um vestido será considerado jovial e bonito de ver apenas dentro de certo contexto, tornando-se intolerável depois que a moda passa. Para Merleau-Ponty (2008, 2011), esta é a correlação entre o mundo da percepção e o da expressão, que inclui a linguagem. Tornamo-nos depositários da linguagem, o que quer dizer que a fala e a escrita possuem sentido no circuito de um sistema linguístico que as envolve.

A ideia de impercebido permanece válida, em Merleau-Ponty (2011), para a percepção social. O filósofo recorre, por exemplo, às análises de Freud acerca do ciúme, discutindo-as a partir da estrutura figura e fundo. Na interpretação do ciúme, segundo a leitura que Merleau-Ponty realiza da proposta freudiana, deve-se tomar a relação de natureza heterossexual como aparência, de modo que o fundo, uma relação homossexual, seja tido como realidade inacessível e inconsciente. A decifração do inconsciente por reversão das

aparências constituiria a chave do processo explicativo. Merleau-Ponty entende, por sua vez, que a heterossexualidade e a homossexualidade devem ser compreendidas no âmbito de uma vinculação por implicação recíproca. Não se pode dizer, nessa nova disposição, que a figura e o fundo sejam um mais verdadeiro do que o outro. Merleau-Ponty (2011) faz a seguinte anotação: “Ser heterossexual é ser homossexual mediatamente” (p. 61). A heterossexualidade e a homossexualidade evidenciam “estruturas possíveis do conjunto figura e fundo” (Merleau-Ponty, 2011, p. 61), de modo que a predominância de uma estruturação não implica a anulação da outra, que subsiste a título de fundo. Podemos ter “tanto homossexualidade-figura sobre fundo de heterossexualidade, tanto o inverso”, “como nas figuras ambíguas dos gestaltistas”, completa Merleau-Ponty (2011, p. 60).

É possível dizer, desta feita, que a aparição da identidade objetal exige tanto a desconsideração de aspectos perceptivos quanto o recuo do fundo perceptivo. É preciso considerar que apenas uma parcela dos elementos perceptivos pode ser captada, ou tematizada, por vez, de modo que a percepção revela-se como um ato perpassado por seleções. Não podemos ouvir ou ver tudo ao mesmo tempo. Identifica-se, portanto, na percepção, uma restrição constitutiva (Weizsäcker, 1939/1962), compatível, em diversos pontos, com a ideia de atenção. Ricoeur (1940/2013), inclusive, descreve a atenção como uma forma da percepção, uma percepção atenta, caracterizada, justamente, pelo acento do relevo ou do primeiro plano perceptivo. Convém, por outro lado, assinalar o dinamismo desse processo. Se a estrutura da realidade percebida envolve tanto perceber quanto esquecer ou recalcar objetos e seus aspectos, na percepção, estamos sempre passando de uma coisa a outra, explorando as diversas facetas das coisas, alternando figuras e fundos, e fazendo a experiência da expressividade das coisas em função do sistema de referência no qual se encontram.

No contexto da dimensão restritiva e dinâmica da percepção, surgem questões sobre a natureza da operação de atenção perceptiva e acerca dos critérios envolvidos na sua constituição. O que e como escolhemos ver ou escutar? O mais essencial, o mais interessante, o mais significativo? Essencial segundo quais critérios? (Weizsäcker, 1939/1962). De onde, afinal, emana a motivação para destinar atenção a alguma coisa ou para se erigir uma postura atenta, ou vigilante? Quanto dessa motivação depende da nossa própria iniciativa, e quanto está atrelado à solicitação por parte das coisas exteriores ou do mundo social? (Depraz, 2014).

Waldenfels (2010) sugere, no âmbito desse campo de temas e questões, a distinção entre uma atenção primária, de caráter inovador e criativo, e uma atenção secundária, ou normatizada. No primeiro caso, considera-se que a dinâmica entre algo que suscita nossa atenção e a resposta instaurada em nós se dá aquém ou além da regularidade, de modo que aquilo que nos afeta recebe sentido mediante a própria criatividade responsiva. A atenção secundária, por outro lado, refere-se à atenção incorporada em estruturas e hábitos. Nesse caso, teríamos a configuração de algo como uma predisposição à atenção, ou o que o autor chama de comportamento vigilante, “um estilo de atenção que varia de uma cultura à outra” (Waldenfels, 2010, p. 40). É oportuno indicar, nesse ponto, a oposição que Ricoeur (1940/2013) estabelece entre interrogação e antecipação. Ricoeur admite que a percepção é raramente desinteressada. Retomando, contudo, apontamentos que passam por Descartes, Malebranche e Berkeley, e cujos conteúdos nos advertem sobre os prejuízos que a memória e a expectativa podem trazer à força do ato de atenção, Ricoeur (1940/2013) assevera que o “verdadeiro nome da atenção não é antecipação, mas *espanto* [étonnement]” (p. 70, grifo do autor). A afirmação dá-se no contexto de uma caracterização da atenção como

ato de exploração em meio ao caráter parcial da doação perceptiva das coisas, seja porque há sempre faces e aspectos ocultos numa determinada condição de mostração dos objetos, seja porque todo plano de fundo do qual participam permanece aberto à exploração. Nesse caso, novos objetos podem ser extraídos do fundo que compõe o campo perceptivo. A percepção nos convoca a perceber sempre mais. No que diz respeito à atenção primária, é possível, portanto, destacar tanto uma dimensão responsiva quanto uma atitude de interrogação ativa e desinteressada. Ambas permanecem, contudo, apenas condições-limite, sempre tensionadas pela carga de vigilância que incorporamos socialmente.

Waldenfels (2010), seguindo as tendências de desenvolvimento das pesquisas fenomenológicas da percepção e da atenção, indica dois fatores relativos tanto à constituição primária quanto secundária da atenção. Primeiro, a dimensão corpórea da atenção, o fato de que “essas atitudes e hábitos encontram-se enraizados no nosso corpo” (p. 40). Em segundo lugar, a dimensão social da atenção, quer dizer, o fato de que a nossa atenção é, em maior ou menor grau, permanentemente “dirigida pela intervenção dos outros” (p. 42). Nesse sentido, a percepção e a atenção perceptiva, tomadas como operações restritivas e dinâmicas, merecem ser estudadas no registro do gesto. Com isso, não se revela apenas fidelidade ao caráter ativo e, portanto, corpóreo da percepção, mas igualmente às suas dimensões expressiva, visto que um gesto sempre comunica algo, e relacional, referente à vinculação com as coisas e, principalmente, com o outro. Depraz (2014) afirma: “O gesto forma uma configuração experiencial onde co-habita [sic] o corpo em movimento, o agir significativo não finalizado e a comunicação intersubjetiva não verbal” (p. 78). Gostaríamos de focalizar, aqui, a dimensão relacional, intencional e intersubjetiva, da percepção e da atenção.

Estudar a percepção no quadro restrito de um face-a-face entre um eu-sujeito e objetos com maior ou menor força de atração compreende, com efeito, uma enorme abstração em relação à nossa experiência sensível. Toda percepção remete-nos à atividade de sujeitos sociais, em um mundo socialmente contextualizado. Nesse sentido, a percepção e a atenção devem ser consideradas como sendo fenômenos essencialmente coletivos. “Eu” percebo ou dedico atenção ao que “nós” prestamos atenção coletivamente, seja no plano de uma co-atenção presencial (Citton, 2014, p. 127), que podemos chamar de atenção conjunta, seja no plano mais amplo de uma comunidade ou de uma sociedade de massas. No âmbito da co-atenção presencial, o corpo do outro, a direção do seu olhar, a sua fala, seus gestos de abertura para algo ou de recusa de alguma coisa constituem atos de “tornar atento” (*rendre attentif*) (Moinat, 2010, p. 50). Outrem dirige a minha atenção, “me faz ver alguma coisa” (Moinat, 2010, p. 50, grifo do autor). O processo vale na direção inversa, na qual meus gestos despertam a atenção do outro. Na esfera social mais ampla, vale o que afirma Citton (2014) sobre a dependência da nossa sensibilização a objetos, pessoas e culturas em relação a “regimes atencionais coletivos”, a “fluxos trans-individuais” (p. 39), distribuídos de forma desigual na superfície do planeta e no interior de cada formação social. É a partir dessas matrizes e normas que percebemos nosso mundo. A percepção individual deve, portanto, ser situada no contexto “de regimes sobrepostos que estruturam nossas sensibilidades e nossas dessensibilizações” (Citton, 2014, p. 41).

Cumpramos reconhecer, no ato de “tornar atento”, co-presencial ou coletivo, uma imbricação entre sentido e força, constituição de significados e constrangimento. O polo da constituição de sentido pode ser identificado à dinâmica da criação mediante a interação entre agentes, enquanto que, no extremo do constrangimento, ou da coação, a atenção perde sua vitalidade e se torna uma atenção alienada, dirigida ou fabricada (Moinat, 2010; Waldenfels, 2010).

## Conclusão: a propriedade social e ética do tornar-se atento

A alienação da percepção, no campo mais amplo da ordem social e institucional, tem sido caracterizada, atualmente, no quadro do capitalismo atencional, versão adaptada do capitalismo mental, ao qual nos referimos na primeira parte do presente texto, e que seria um dos objetos de estudo e de crítica no interior de um campo de investigações que é chamado por Citton (2014) de ecologia da atenção. É preciso compreender como os modos de produção e de subjetivação instaurados ao longo da modernidade capitalista condicionam o funcionamento e os objetos da nossa atenção. Vimos como as mudanças sociais e culturais ocorridas ainda no século XIX já colocavam a percepção e a atenção perceptiva como questões sócio-econômicas e científicas centrais. No âmbito do capitalismo industrial, o trabalho em linhas de montagem, caracterizado por tarefas repetitivas e monótonas, exigia um constante estado de alerta, e gerava uma patologização da desatenção. Por outro lado, a grande quantidade de produtos manufaturados levantava o problema da captação da atenção de novas massas de consumidores. É nesse período que se dá a emergência das primeiras formas de publicidade em larga escala. No contexto contemporâneo do capitalismo, reconhece-se a atenção como uma forma quase hegemônica de capital. Fala-se em riqueza atencional, que se atrela à grandeza e ao grau de atenção dispensado pelo público a um produto qualquer (Citton, 2014). A atenção seria uma nova moeda na conjuntura de excesso de informação e de raridade de atenção. O que Franck (2003) denomina “economia da atenção” refere-se, em larga medida, a um domínio de discursos e práticas, desenvolvidos principalmente por publicitários e *managers*, destinados a gerenciar esse novo recurso raro constituído pela atenção. É preciso considerar que, numa perspectiva política, a economia da atenção articula-se a estruturas de desigualdade, em que uns fazem prevalecer suas importâncias sobre o olhar dos outros (Laugier, 2014).

Vê-se o valor de pesquisas centradas na formulação dos fundamentos filosóficos de uma ética da atenção. Alguns fatores parecem indispensáveis na procura por soluções pertinentes para a ação neste domínio, tais como o reconhecimento do caráter histórico e social da percepção, e o exame da estrutura de figura e fundo, não apenas no campo da condição perceptiva individual, mas, sobretudo, da experiência de abertura intersubjetiva ao mundo (Depraz, 2014). Com base nesses planos, dois eixos de reflexão, fortemente entrelaçados, podem ser identificados no que concerne a uma ética da percepção, ou da atenção: o da descrição da percepção de um ponto de vista social e ético, e o da tematização da ação perceptiva em sintonia com os problemas sociais contemporâneos. No que se refere ao primeiro ponto, é forçoso abordar a atenção fora do quadro restrito das realizações cognitivas. O reconhecimento da abrangência social da atenção é indispensável para que se possa erigir algo como um “*ethos* dos sentidos” (Waldenfels, 2010, p. 43). A atenção remete a uma experiência conjunta, a uma co-percepção (Merleau-Ponty, 1960, p. 215). Estão em questão, nesse campo intersubjetivo, tanto os problemas referentes ao reconhecimento do outro quanto o solo ou fundo comum de sentido a partir do qual objetos de atenção são capazes de aparecer. No que diz respeito ao segundo ponto, vale levar em conta a necessidade de se discutir o desenvolvimento de algo como uma “competência ética em termos de percepção” (Laugier, 2014, p. 259). Laugier fala em “educação da percepção”. A depender dos pressupostos da ideia de educação que se adote, correremos o risco, todavia, de recair na modelagem de matrizes perceptivas, ou de reforçar aquilo que Waldenfels (2010) chama de atenção normatizada. Talvez, a melhor perspectiva para se alcançar a referida

competência envolva a sensibilização para o espanto, considerando-se o campo de forças que marcam, hoje, a nossa experiência social. Na atitude de interrogação que caracteriza o espanto, permanecemos permeáveis e disponíveis para os objetos, sem abandonar nossa responsabilidade pela ação perceptiva. Seria preciso discutir, no entanto, a viabilidade de uma sensibilização conjunta e coletiva para o espanto que envolvesse, do mesmo modo, a conscientização das próprias ordenações coletivas.

A reunião entre a preocupação ética, a natureza sensível da experiência social e a educação pode confluír para a problematização das relações entre ética e estética, outro caminho valioso de discussões e investigações. No contexto contemporâneo, a alienação da percepção e da atenção renova a necessidade de uma atitude crítica em face do mundo percebido. Há de se reconhecer, contudo, que esta postura, se operada com base em juízos pretensamente universais, em um fundamento absoluto da ética insensível aos contextos em que podem ser inseridos, tende à abstração. O que chamamos de alienação da percepção é entendido por outros (Hermann, 2002, 2005; Welsch, 1995) como estetização da realidade. Trata-se dos consensos e dos gostos comuns constituídos na esfera pública pelas estratégias de informação e de entretenimento difundidos pelos meios de comunicação. Contra este processo, vale aprofundar a ideia de educação como estruturação estética, entendida como geração de formas de sensibilidade capazes de se inserir criticamente na pluralidade concreta do mundo contemporâneo (Hermann, 2002, 2005).

## Nota

<sup>1</sup> Husserl (1928/2002) argumenta que, na perspectiva objetiva, é possível que o objeto percebido nem exista mais, como no caso das estrelas. Isso não impossibilita o tratamento da relação fenomenal entre o sujeito percipiente e a estrela como seu objeto de percepção atual.

## Referências

- Citton, Y.** (2014). *Pour une écologie de l'attention*. Paris: Éditions du Seuil.
- Collins, T. & Wyart, V.** (2018). La perception visuelle. In T. Collins, D. Andler, & C. Tallon-Baudry (Orgs.), *La cognition: du neurone à la société* (pp. 239-269). Paris: Gallimard.
- Colonna, F.** (2014). *Merleau-Ponty et le renouvellement de la métaphysique*. Paris: Hermann.
- Crary, J.** (2012). *Técnicas do observador: visão e modernidade no século XIX*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Crary, J.** (2013). *Suspensões da percepção: atenção, espetáculo e cultura moderna*. (T. Montenegro, Trad.). São Paulo: Cosac Naify.
- Depraz, N.** (2014). *Attention et vigilance: à la croisée de la phénoménologie et des sciences cognitives*. Paris: PUF.
- Eidt, N. & Tuleski, S.** (2010). Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade e psicologia histórico-cultural. *Cadernos de Pesquisa*, 40(139), 121-146.
- Franck, G.** (2003). Capitalisme mental. *Multitudes: revue politique, artistique, philosophique*, 54. Recuperado de <http://www.multitudes.net/capitalisme-mental/>

- Giddens, A.** (1991). *As consequências da modernidade* (R. Filker, Trad.). São Paulo: UNESP.
- Harvey, D.** (2008). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. (Original publicado em 1989)
- Hatfield, G.** (2012). Psicologia, filosofia e ciência cognitiva: reflexões sobre a história e a filosofia da psicologia experimental. In S. Araujo (Org.), *História e filosofia da psicologia: perspectivas contemporâneas* (pp. 223-258). Juiz de Fora, MG: Editora da UFJF.
- Hermann, N.** (2002). Razão e sensibilidade: notas sobre a contribuição do estético para a ética. *Educação & Realidade*, 27(1), 11-26.
- Hermann, N.** (2005). *Ética e estética: a relação quase esquecida*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Husserl, E.** (2002). *Leçons pour une phénoménologie de la conscience intime du temps* (H. Dussort, Trad.). Paris: PUF. (Original publicado em 1928)
- Koffka, K.** (1922). Perception: an introduction to the gestalt-theorie. *The Psychological Bulletin*, 19(10), 531-585.
- Laugier, S.** (2014). L'éthique comme attention à ce qui compte. In Y. Citton (Org.), *L'économie de l'attention : nouvel horizon du capitalisme?* (pp. 252-266). Paris: La Découverte.
- Merleau-Ponty, M.** (1945). *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard.
- Merleau-Ponty, M.** (1960). Le philosophe et son ombre. In *Signes* (pp. 201-228). Paris: Gallimard.
- Merleau-Ponty, M.** (2000). *Parcours deux: 1951-1961*. Lagrasse, FRA: Verdier.
- Merleau-Ponty, M.** (2008). *La prose du monde*. Paris: Gallimard.
- Merleau-Ponty, M.** (2011). *Le monde sensible et le monde de l'expression: cours au Collège de France, notes, 1953*. Genève: Metispresses.
- Michotte, A.** (1950). A propos de la permanence phénoménale: faits et théories. *Acta Psychologica*, 7, 298-322.
- Moinat, F.** (2010). Phénoménologie de l'attention aliénée: Edmund Husserl, Bernhard Waldenfels, Simone Weil. *Alter: Revue de Phénoménologie*, 18, 45-58.
- Ricoeur, P.** (2013). L'attention. In *Anthropologie philosophique: écrits et conférences 3* (pp. 63-69). Paris: Éditions du Seuil. (Original publicado em 1940)
- Virilio, P.** (2002). *A máquina de visão* (P. R. Pires, Trad., 2ª ed.). Rio de Janeiro: Olympio.
- Waldenfels, B.** (2010). Attention suscitée et dirigée. *Alter: Revue de Phénoménologie*, 18, 33-44.
- Weizsäcker, V.** (1962). *El círculo de la forma: teoría de la unidad de percepción y movimiento*. Madrid: Ediciones Morata. (Original publicado em 1939)
- Welsch, W.** (1995). Estetização e estetização profunda ou: a respeito da atualidade do estético. *Porto Arte*, 6(9), 7-22.

**DANILO SARETTA VERISSIMO**

<https://orcid.org/0000-0002-7981-3877>

Professor de História e Epistemologia da Psicologia na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Assis, SP. Doutorou-se, sob regime de co-tutela, em Psicologia pela Universidade de São Paulo e em Filosofia pela Université Jean Moulin – Lyon 3.

Endereço: Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, Departamento de Psicologia Social e Educacional, Avenida Dom Antônio, 2100, Bairro: Parque Universitário, CEP 19806-900, Assis – SP.

E-mail: [danilo.verissimo@gmail.com](mailto:danilo.verissimo@gmail.com)

<b>Histórico</b>	Submissão: 30/07/2017 Revisão: 04/11/2018 Aceite: 25/02/2019
<b>Financiamento</b>	<b>Agências de fomento:</b> Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo 2016/20677-3) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, processo 406857/2016-4).
<b>Consentimento de uso de imagem</b>	Não se aplica